



## **A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL COMO COMPONENTE CURRICULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO DOCUMENTAL A PARTIR DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA**

**Alanna Oliveira Pereira Carvalho**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira na Linha de Avaliação Educacional na Universidade Federal do Ceará (UFC); Professora EBTT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE/Campus Baturité; Participa do Grupo de Pesquisas em Práticas Pedagógicas e Linguagens – GPeL; E-mail: <alannaop1@hotmail.com>.

**Xênia Diógenes Benfatti**

Doutora em Educação, mestrada em Avaliação Educacional, especialista em Planejamento Educacional e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professora e pesquisadora da Universidade de Fortaleza (Unifor); E-mail: <xenia@unifor.br>.

**Henrique Barbosa Silva**

Mestre em Administração de Empresas pela Memorial University of Newfoundland, no Canadá, e graduado em Administração pela Universidade de Fortaleza (Unifor); Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC); E-mail: <henriquesilva@virtual.ufc.br>.

### RESUMO

O presente artigo desenvolve um estudo teórico sobre a avaliação em educação como componente curricular, ou seja, disciplina, na formação de professores. Numa pesquisa de caráter exploratório, buscou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, investigar a avaliação em educação como componente curricular nos Projetos Pedagógicos – PPCs dos Cursos de Pedagogia de universidades federais brasileiras. Foram evidenciados estudos da formação docente (Luckesi et al., 2012, Cury, 2001, Savianni, 2009), bem como aspectos relativos à avaliação como componente curricular (Gatti, 2007; Vianna, 1995; 2000; 2005; Fernandes, 2008). Além dos documentos legais que nortearam a formação docente no país, como as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia (Brasil, 2006) e a Lei 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação. Para tanto, considerou-se para a amostra deste estudo as universidades públicas federais dos diversos estados brasileiros, contemplando cada uma das regiões, selecionadas a partir do conceito ENADE – a amostra contou com vinte universidades. A partir da sistematização dos dados foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: características da oferta da disciplina de avaliação educacional, elementos constitutivos

#### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



da disciplina de avaliação, relação dessas disciplinas com as categorias das DCN de Pedagogia. Os resultados evidenciaram que mais da metade dos PPCs trazem a avaliação educacional ou do ensino-aprendizagem como componente curricular e de tipologia obrigatória, o que comprova o atendimento do curso às DCN e a demanda de se conhecer e pesquisar mais sobre a avaliação. Espera-se que outras análises possam ser observadas acerca da contribuição e existência destas disciplinas nos cursos de Licenciatura.

**Palavras-chave:** Avaliação Educacional; Formação de Professores; Projeto Pedagógico de Curso.

### ABSTRACT

This article develops a theoretical study on the evaluation in education as a curriculum component or discipline, in the teacher training. In a survey of exploratory character, sought by bibliographic and documentary research, investigate the evaluation in education as a curriculum component in Pedagogical Course Projects - PPCs of Pedagogy of Brazilian Federal universities. The teacher training studies were evidenced (Luckesi et al., 2012, Cury, 2001, Savianni, 2009), as well as aspects of the component curricular evaluation (Gatti, 2007; Vianna, 1995; 2000; 2005; Fernandes, 2008). In addition to the legal documents that guided the teacher education in the country, such as the National curriculum guidelines of the course of pedagogy (Brazil, 2006) and the law 9,394/1996, of guidelines and Foundations of education. For both it was considered for the sample of this study the Federal universities of various Brazilian States, including each of the regions, are selected from the ENADE - the sample featured twenty universities. From the systematization of the data were established the following categories of analysis: characteristics of the offer of educational assessment, constituent elements of discipline of evaluation, evaluation subjects with the categories of the DCN of pedagogy. The results showed that more than half of PPCs analyzed bring educational evaluation or teaching-learning as curricular component and required typology, which proves the course at DCN and the demand to know and find more about the assessment. It is expected that other reviews can be observed on the contribution and existence of these disciplines in undergraduate teacher training courses.

**Key-words:** Educational Evaluation; Teacher training; Pedagogical Course Project.



## Introdução

O presente estudo teve como principal objetivo investigar a avaliação em educação como componente curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia. Diante disso, elencaram-se as seguintes questões norteadoras para esta pesquisa: existe obrigatoriedade dessa disciplina no currículo? De que forma os PPCs abordam a Avaliação Educacional como componente curricular? Há diferenças entre a Avaliação Educacional e a Avaliação do Ensino-Aprendizagem?

A avaliação se descreve, diante da prática de ensino, como instrumento de monitoramento de políticas e projetos educacionais, além da sua importância nos sistemas de avaliações em larga escala, que apontam resultados dessas políticas educacionais em geral. Com isso, os docentes requerem algum conhecimento acerca da leitura dos resultados e correspondência destes na prática de ensino, e na própria prática avaliativa dos processos de ensino e de aprendizagem. (GATTI, 2007; VIANNA, 2000, 2005).

Desse modo, a importância da pesquisa vigente se expressa como contributo ao desenho e avaliação dos próprios currículos de formação de professores, desde a construção do Projeto Pedagógico do Curso – PPC até a sua avaliação e atualização (BRASIL, 1996). A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, de perspectiva qualitativa, o presente estudo revelou algumas categorias de análise significativas diante dos vinte PPCs de cursos de Pedagogia observados. Dentre elas, destacam-se: características da oferta da disciplina de avaliação educacional, elementos constitutivos da disciplina de avaliação, relação das disciplinas de avaliação com as categorias das DCN de Pedagogia.

### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Em vista disso, o presente artigo estrutura-se em quatro seções: na primeira far-se-á uma revisão de literatura que abrange a formação no curso de Pedagogia e a avaliação educacional como componente curricular; na segunda estarão os procedimentos metodológicos que especificam a tipologia de pesquisa e sua perspectiva de análise; na terceira seção, os resultados e discussões que apresentam os dados organizados e analisados dos PPCs dos cursos de Pedagogia; e, por fim, as considerações finais que enfatizam o caminho percorrido desta pesquisa para responder ao objetivo geral e os possíveis prenúncios sobre esta temática.

### **O Curso de Licenciatura em Pedagogia: contexto histórico e características**

A formação e organização do estado nacional, a partir do século XIX, incitou uma sistematização regular da oferta educacional. No Brasil, a formação de professores se institucionaliza a partir da independência do país, em meados de 1827 (CURY, 2001). As Escolas Normais – responsáveis pela formação de professores eram financiadas pelas províncias, tendo diversas particularidades e especificidades. O currículo destes cursos enfatizava mais os conteúdos a serem lecionados do que questões didático-pedagógicas propriamente ditas. (SAVIANNI, 2009).

Ressalta-se que não há qualquer normatização acerca do funcionamento, organização e estrutura das Escolas Normais como locus da formação de professores. Os pensadores desse modelo de escola se acomodavam a uma idealização possível dessa nova ciência que emergia com suas incertezas e discursos, a Pedagogia. Os anos de 1930 foram imprescindíveis para



mudanças no cenário educacional, desde o contexto da organização e oferta da escola pública à Pedagogia como ciência que abrangiu outras ciências da educação na sua constituição. O Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, explorou a ideia de uma educação ofertada pelo Estado, laica e pública, caracterizando então um sistema educacional e institucionalizando a necessidade de formação dos profissionais professores. É a partir deste cenário que se preocupa com uma oferta a nível superior da formação dos professores. (AZEVEDO et al., 2010).

As teorias educacionais que envolviam o cenário educacional só poderiam ser melhor estudadas e discutidas na universidade. Nessa época também se desenhava a universidade como um centro de debate livre de ideias, como local de crescimento do espírito científico (LUCKESI et al., 2012). Apesar de apenas na Constituição de 1934 haver características do provimento de cargos do magistério, é somente em 1961 que se esboça o reconhecimento legal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, formalizando, então, a formação de professores na Educação Superior.

Até os anos de 1970, a formação de professores nos cursos de Pedagogia foi pensada sob a lógica nacionalista, sendo instituída pelos documentos legais e obedecendo alguma padronização na oferta destes cursos. O currículo do curso de Pedagogia seria organizado pelo “esquema 3+1[...] três anos para o estudo de disciplinas específicas [...] e um ano para formação didática” (SAVIANI, 2009, p. 146). Este currículo era implementado com três anos de fundamentos de história, filosofia, sociologia, matemática, estatística, psicologia e mais um ano de Didática, com disciplinas referentes à prática docente.

Nos anos de 1970 a 1990, o curso de Pedagogia é ofertado por diferentes organizações, desde a reforma de oferta nas

#### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Escolas Normais à construção de um currículo mais incorporado nas universidades. Para Candau (2008), no entanto, apesar deste novo direcionamento, os cursos de Pedagogia ainda atendiam características de eficiência e eficácia no processo instrucional de ensino. O que caracteriza ao trabalho docente uma instrumentalização da prática necessária nas escolas.

Nesse contexto, havia, então, o predomínio, ora da Psicologia Experimental, ora da Psicologia Humanista perfazendo construções teóricas acerca da aprendizagem educacional. A primeira constituindo teorias sobre a aprendizagem que evidencia a medição de comportamentos diante de uma ação com objetivos pré-estabelecidos, entendendo a avaliação como medida, parte fundamental do processo. E a segunda centrando-se na dimensão humana e relacional da educação, desenvolvendo aspectos mais interpessoais no processo de aprendizagem. (CANDAU, 2008).

Vê-se que as dimensões técnica e humana compõem a formação desse profissional professor, que diante das diversas teorias e conceitos fora se perdendo de uma formação mais sólida de sua real atuação na docência. A formação do profissional pedagogo fora sendo estimada ora no profissional-técnico ora no profissional-professor. Desse modo, a releitura dos anos de 1980 sob a formação docente é na busca da identidade dos profissionais da educação. (SAVIANNI, 2009).

Os anos de 1990 foram o cenário estimado para a organização da formação em Pedagogia no Ensino Superior de fato, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/1996, acentua a formação do Pedagogo para atuação na docência, desarticulando a antiga divisão técnico/professor. A licenciatura em Pedagogia passa a ser a formação do professor da educação básica, nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais).



Os anos 2000 foram relevantes na construção de documentos e diretrizes para os cursos de formação de professores de todo país. As Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN do curso de Pedagogia (licenciatura) foram instituídas pela Resolução do CNE/CP nº 1, de maio de 2006. Diante dessa resolução, o curso de Pedagogia propicia, a partir de estudos, investigação e reflexão crítica tanto no planejamento, execução e avaliação das atividades educativas, quanto na aplicação ao campo da educação dos conhecimentos filosóficos, históricos, antropológicos, dentre outros. (BRASIL, 2006).

A formação de licenciatura em Pedagogia estima, desse modo, o exercício docente como centro da formação, não desqualificando as áreas de aporte do entendimento da educação na realidade brasileira e mundial. As diretrizes definem “[...] princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país [...]” (BRASIL, 2006, p. 1) que ofertem o curso de Licenciatura em Pedagogia.

E nesta resolução as atividades docentes englobam a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, o que caracteriza “[...] planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; [...] de projetos e experiências educativas não-escolares; produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional [...]”. (BRASIL, 2006, p. 2).

Com isso, percebe-se que a formação do Pedagogo não pode submeter-se apenas ao conteúdo que irá lecionar e uma complementação pedagógico-didática para tal. A sua competência, a partir da formação estabelecida acima, coloca em evidência uma postura de conhecimento amplo acerca das situa-

#### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



ções e experiências educativas e educacionais, corroborando um desenvolvimento cada vez mais diverso e autônomo.

As DCNs devem ser observadas desde a caracterização e escolha da profissão, pelo próprio discente, até a constituição dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPCs das instituições de ensino. De acordo com a Lei nº 9.394/1996, as universidades têm autonomia para “[...] fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (BRASIL, 1996). Assim, as diretrizes explicitadas advêm de um contínuo na busca da qualidade dos cursos e programas ofertados pelas Instituições de Ensino Superior. Elas atendem ao padrão de parâmetros que os cursos devem observar quando avaliados. (BRASIL, 2015).

O PPC é parte de um conjunto norteador do exercício das Instituições de Ensino Superior, compõem ainda o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Para além do funcionamento da instituição, estes norteadores são observados na sua avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861/2004.

Diante disso, todas as universidades devem considerar estes documentos institucionais e os PPCs, em específico, são fundamentais na orientação dos cursos, de seus princípios, pois, de acordo com Vasconcelos (2012), o projeto de curso deve atender à análise da realidade; à projeção de finalidades; e às formas de mediação.

Além disso, a LDB/1996, no art. 47, diante do ano regular da IES demanda que a mesma ofereça informações sobre os “[...] os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação [...]” (BRASIL, 1996).



Tanto em página específica na internet, quanto em toda propaganda eletrônica e local visível na instituição.

A transparência das informações das instituições possibilita ao educando maiores condições sobre a escolha do curso e do estabelecimento de ensino que se formará. Além disso, o documento norteador do curso – PPC em Pedagogia assegura o comprometimento da instituição com a qualidade da educação superior que prediz os princípios e diretrizes legais desenvolvidos ao longo da história da formação docente.

### **A avaliação educacional como componente curricular**

A avaliação enquanto campo de estudos e teorias se qualifica diante de determinados contextos e épocas. Em Vianna (2000), veem-se diversos modelos avaliativos, desde aqueles adotados com base apenas na medida até aqueles voltados para a prática social e humana a partir da tomada de decisões.

Na primeira metade do século XX, a avaliação passa a ter um papel importante na crítica para a transformação dos programas e currículos das escolas, principalmente as de primeiro Mundo, visto que, no Brasil, estas transformações foram ocorrendo de forma mais lenta. (VIANNA, 2000).

Os estudos em avaliação e a formação específica na área da educação foram cada vez mais necessários, tanto para instituições de foco educativo, quanto às políticas e gerências de conhecimento sobre pesquisas educacionais. Os anos de 1990 trouxeram muitas inovações para os sistemas educacionais de avaliação, várias etapas e modalidades de ensino passaram a responder por meio de testes de rendimento e avaliações externas no tocante à qualidade de sua oferta a partir dos preceitos legais que a União estabelecia. (GATTI, 2007).

#### **ORGANIZADORES**

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



De acordo com Vianna (2000), a avaliação acontece diante de um embasamento teórico satisfeito e interessado nessa destreza, os pressupostos teóricos e epistemológicos da avaliação devem nortear a reflexão da mesma e sua prática. Desse modo, a avaliação educacional como componente curricular alimenta a crença de que há necessidade de uma formação melhor ancorada sobre os paradigmas educacionais e avaliativos que a estabeleça. Salientando que os processos de avaliação até então reproduzidos nas escolas são determinados pelas experiências vivenciadas pelos professores em sua formação inicial, o que confere urgência na reflexão sobre essa formação. (VIANNA, 2005, p. 26).

Assim, a avaliação educacional, tendo a medida referenciada a critério como parte constitutiva, poderá contribuir com as dificuldades de aprendizagem, na orientação de grupos que apresentam tais dificuldades, na motivação dos indivíduos diante dos objetivos ou progresso alcançados, na facilitação da transferência da aprendizagem e de situações que a compõem – como aplicabilidade do conteúdo e sistematização significativos. (VIANNA, 1995; 2005).

Nas DCN de Pedagogia, a avaliação educacional se apresenta explicitamente em quatro itens na estruturação do curso – dois no núcleo de estudos básicos e dois no núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos –, são eles:

[...] I – um núcleo de estudos básicos [...] c) observação, análise, planejamento, implementação e **avaliação de processos educativos** e de experiências educacionais, em ambientes escolares e não-escolares; [...] g) planejamento, execução e **avaliação de experiências** que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro; [...] II – um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos [...] b) **avaliação**,



**criação e uso de textos**, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; c) **estudo, análise e avaliação de teorias da educação**, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras [...]. (BRASIL, 2006, p. 3-4, grifo nosso).

Diante disso, algumas áreas da avaliação educacional podem ser delineadas: avaliação do processo de ensino e de aprendizagem; avaliação de projetos e programas; avaliação de materiais e recursos didáticos; avaliação e pesquisa em educação, respectivamente.

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem pode ser definida em Fernandes (2008, p. 16) como “[...] processo deliberado e sistemático de recolha de informação, mais ou menos participado e interactivo, mais ou menos negociado, mais ou menos contextualizado, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer numa diversidade de situações”. Nesse sentido, a atividade docente prescinde do entendimento tanto do processo avaliativo em sua sistemática quanto do tipo de instrumento ou questão que viabiliza as diversas situações de ensino-aprendizagem.

A avaliação de projetos e programas implica em uma tomada de decisões, em impacto sobre “[...] mudanças no pensar e no agir dos integrantes do sistema” (VIANNA, 2005, p. 17). Nesse sentido, não se pensa apenas na sistematização da avaliação em si, mas novas políticas, projetos ou modificações que dela podem advir, além de compreender os resultados que apresentam, seja no agir específico do professor ou da comunidade escolar, perpassando pelo entendimento tanto do significado quanto dos possíveis impactos desta avaliação.

A avaliação de materiais e recursos didáticos refere-se especificamente à construção de instrumentos e critérios de

#### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



avaliação que se relacionam a medidas referenciais dos próprios materiais ou conteúdos/competências que o compõem (VIANNA, 1995). Por fim, a avaliação e pesquisa se integram, pois estas se voltam aos problemas educacionais relevantes da realidade e, além disso, possuem similaridades na execução e procedimentos. (VIANNA, 2005).

Observa-se que, em todas as categorias, a avaliação educacional se torna relevante na formação docente, pois buscam integrar processos educativos aos diferentes contextos, políticas, programas e assimilá-los diante da pesquisa científica.

### **Procedimentos metodológicos**

A fim de investigar a avaliação em educação como componente curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia, a presente pesquisa dispôs-se em uma pesquisa de caráter exploratório, ao aprofundar e analisar o conteúdo destes PPCs no tocante aos componentes formativos – especificamente as disciplinas e a abrangência da avaliação educacional nestas. (GIL, 2007).

A pesquisa bibliográfica e documental são características procedimentais desse estudo. A bibliográfica, de acordo com Gil (2007), em detrimento ao embasamento nos autores e pesquisas científicas sobre o curso de Pedagogia no Brasil (SAVIANI, 2009; CURY, 2001; LUCKESI et al., 2012; AZEVEDO et al., 2010; CANDAU, 2008) e a avaliação educacional como componente curricular (FERNANDES, 2008; GATTI, 2007; VIANNA 1995; 2000; 2005). E a documental referente às fontes sem tratamento analítico, como os documentos legais e de base de dados utilizados – as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciam-



tura (BRASIL, 2006); e os dados do ENADE 2014 (INEP, 2014) (GIL, 2007).

Além disso, o estudo do material explorado compôs categorias de análise que possibilitaram maior entendimento sobre a disposição da avaliação educacional como disciplina nos cursos de Pedagogia (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 224-225). Em vista disso, a categorização dos dados apresentou-se da seguinte forma: características da oferta da disciplina de avaliação educacional, elementos constitutivos da disciplina de avaliação, relação das disciplinas de avaliação com as categorias das DCN de Pedagogia.

### A amostra da pesquisa: critérios de inclusão

As instituições de ensino superior escolhidas foram as universidades públicas federais que apresentaram conceito ENADE<sup>1</sup> 5,0 e 4,0, representando pelo menos um estado brasileiro, foram contabilizadas vinte. As universidades, obedecendo às DCN de forma mais autônoma e crítica, foram escolhidas pelo lócus triangular de formação – ensino, pesquisa e extensão. Além disso, elencar estas universidades pelos conceitos ENADE motiva a ideia de que aqueles alunos que evidenciam melhor desempenho poderão ter uma formação mais integral e pertinente à sua área de atuação.

Os PPCs investigados foram das universidades federais: de São João Del Rei – UFSJ de Minas Gerais; de Campina

<sup>1</sup> De acordo com a Lei nº 10.861/2004, “Art. 5º a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE” (BRASIL, 2004). O conceito ENADE é expresso em uma escala de cinco níveis, considerando a média ponderada da nota padronizada dos concludentes do curso no Componente Específico (75%) e de Formação Geral (25%).

#### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Grande - UFCG da Paraíba; de Pernambuco - UFPE; do Rio Grande do Norte - UFRN; da Fronteira Sul - UFFS do Rio Grande do Sul; e de São Paulo - UNIFESP, que obtiveram conceito 5,0 no ENADE; e as do Acre - UFAC; de Alagoas - UFAL; do Amazonas - UFAM; da Bahia - UFBA; de Brasília - UnB do Distrito Federal; do Ceará - UFC; do Espírito Santo - UFES; de Goiás - UFG; de Mato Grosso do Sul - UFMS; de Mato Grosso - UFMT; do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA no Pará; do Paraná - UFPR; do Rio de Janeiro - UFRJ e de Roraima - UFRR que obtiveram conceito 4,0 no ENADE.

## Resultados e discussões

Os dados coletados dos PPCs das universidades foram organizados em um quadro extenso que a partir da análise mais delimitada, propiciou então as categorias a seguir: características da oferta da disciplina de avaliação educacional, elementos constitutivos da disciplina de avaliação, relação das disciplinas de avaliação com as categorias das DCN de Pedagogia.

### Características da oferta da disciplina de Avaliação Educacional

A análise dos PPCs do Curso de Licenciatura em Pedagogia foi feita na busca da disciplina de Avaliação Educacional e no núcleo ou eixo do currículo que tal disciplina se encontrava. Dos PPCs analisados, doze (60%) se dividiam nos núcleos de estudos básicos, de aprofundamento e diversificação de estudos e de estudos integradores, conforme o artigo 6º das DCN de Pedagogia (BRASIL, 2006), aqueles que não utilizavam esta denominação o fizeram semelhante.



Outros quatro (20%) PPCs articularam os mesmos preceitos das DCN, mas com outras denominações e mais subáreas e articulações, como os da UFRN, da UFAM, da UFAL e da UFPR. Dos demais PPCs, dois (10%) não foram analisados, apenas a grade curricular do curso, pela inviabilidade do acesso *online* – da UFMS e UFAC. E outros dois apresentaram a divisão tradicional dos componentes curriculares, estágios e atividades complementares – da UFPE e da UnB.

Com relação à oferta da disciplina de Avaliação Educacional, dos PPCs analisados, dezessete universidades (85%) ofertam-na como componente curricular e três (15%) não ofertam – UFES, UFAC e UFRR. Das dezessete universidades, apenas duas (12%) oferecem-na no tipo optativa, as outras quinze (88%) no tipo obrigatória.

Foram contabilizadas vinte e uma disciplinas de avaliação, pois uma universidade pode ofertar de duas a três disciplinas, como a UFSJ, a UFPE, a UFFS, a UFAL, a UFRJ – que ofertam disciplinas obrigatórias de avaliação educacional e da aprendizagem, com exceção da UFFS que oferta componentes de Seminário<sup>2</sup> e Estágio de Avaliação de projetos. Além destas, outras universidades ofertam a disciplina de avaliação obrigatória, ora especificando a aprendizagem, ora educacional ou de organizações, são elas: UFCCG, UFAM, UFBA – Avaliação da Aprendizagem; UNIFESP, UNIFESSPA, UFPR – Avaliação Educacional; UnB e UFRN – Avaliação das Organizações; UFMT e UFG – Avaliação das Instituições e Processos Educativos.

Na tipologia optativa, algumas universidades se repetem na oferta – UFRN e UFPR; e outras aparecem apenas nesta ca-

---

<sup>2</sup> De acordo com UFFS (2010), os seminários participam do domínio específico do curso, tendo como característica a integração do formato disciplina-seminário, que articula a participação de agentes e instituições de situações e processos reais da educação.

#### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



racterística – UFC e UFMS. A UFRN oferta optativa a avaliação educacional e a UFPR a avaliação escolar. Já as universidades que ofertam apenas na tipologia optativa, o fazem da avaliação educacional – UFMS; da aprendizagem – UFC; e de instituições ou sistemas – UFC e UFMS. Nota-se que na oferta as disciplinas de avaliação prevalecem na temática educacional e do ensino-aprendizagem, estimando maior concretude do trabalho docente. Além disso, a oferta de avaliação de organizações e/ou instituições também traz relevância, pois, conforme as DCN, as atividades docentes igualmente englobam a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino. (BRASIL, 2006).

Com relação à carga horária, há diversificação na oferta destes componentes curriculares. Para tanto, na tipologia obrigatória foram delimitados dois grandes grupos: de 30h a 60h e de 68h a 80h. No primeiro grupo, de 30h a 60h, estão universidades que ofertam mais de uma disciplina de Avaliação e aquelas que a ofertam como componente do núcleo de estudos básicos – UFSJ, UFCG, UFPE, UFRN, UFFS, UFAM, UNIFESSPA, UFAL, UFMT, UFRJ, UnB, UFPR. Já o segundo grupo é, em sua maioria, de universidades que ofertam apenas uma disciplina e o fazem no núcleo específico – UNIFESP, UFAL, UFBA e UFC. Com relação a tipologia optativa têm-se apenas três valores: de 30h, de 48h e de 68h, o são respectivamente da UFRN e UFPR; UFC e UFMS.

As cargas horárias são equilibradas quando se observa o quantitativo de disciplinas ofertadas, sejam elas das duas tipologias. Há que se rever a escolha de uma alta carga horária nas disciplinas de tipologia apenas optativa, que as designam à escolha do educando e relativo comprometimento da instituição em ofertá-la, por não ter caráter prescrito.



## Elementos constitutivos da disciplina de avaliação

A análise dos componentes curriculares de Avaliação também se fez mediante a ementa que os PPCs apresentaram das disciplinas. Todas as ementas analisadas trouxeram conceitos-chave dessa seara. Quanto à Avaliação do Ensino-Aprendizagem, apresentou-se: concepções e práticas de avaliação do ensino-aprendizagem, tipos, instrumentos e técnicas. Com relação à Avaliação Educacional, de Sistemas Educacionais e de Projetos, apresentou-se: políticas, programas, projetos educacionais, princípios e concepções da avaliação educacional, procedimentos e métodos. Da de Avaliação das Organizações ou Instituições, apresentou-se: princípios e concepções da avaliação institucional, estratégias e modalidades de avaliação.

Estes conceitos-chave perpassam os fundamentos das categorias de avaliação definidas nas DCNs (BRASIL, 2006) – na explanação do terceiro tópico deste artigo. Com isso, pode-se perceber que as ementas não destoam da temática da disciplina. Entretanto, o conceito de planejamento se integra ao de avaliação, quando em oito disciplinas, das vinte e uma analisadas, apresentam o termo planejamento na ementa e na composição da nomenclatura da disciplina. O planejamento se relaciona à avaliação, pois faz parte da atividade de reflexão humana, assim como o ato de julgar. Nesta atividade humana há a intencionalidade que participa da reflexão como processo mediador para a transformação. (VASCONCELLOS, 2012).

### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



## A relação das disciplinas de avaliação com as categorias das DCN de Pedagogia

De acordo com as categorias advindas das DCN (BRASIL, 2006), pode-se notar que os componentes curriculares dos PPCs investigados se situam: na avaliação do processo de ensino e de aprendizagem e na avaliação de projetos e programas. As duas grandes áreas que embasam os princípios da avaliação no campo educacional e mais especificamente em sala de aula, no processo de ensino-aprendizagem.

É oportuno salientar que há diferenças entre a Avaliação do Ensino-Aprendizagem e a Avaliação Educacional, pois ambas se integram, mas a primeira está contida na segunda, o que presume desta maior complexidade sobre os diversos campos que a avaliação perpassa no meio educacional. Há que se promover nos cursos de formação de professores, especificamente o de Pedagogia, a obrigatoriedade no mínimo da disciplina de Avaliação Educacional, que esboça em sua conjectura os diferentes tipos, modelos e campos avaliados no contexto educacional (VIANNA, 2005). Ademais, a disciplina de Avaliação do Ensino-Aprendizagem se torna fundamental para todos os cursos de formação de professores, uma vez que a avaliação da aprendizagem é exercício basilar da docência, intrínseca ao processo educativo, orienta tanto aluno e professor quanto escola, sociedade, país. (FERNANDES, 2008).

Apesar da atenção à Avaliação Educacional e Avaliação do Ensino-Aprendizagem, as áreas de avaliação de materiais e recursos didáticos e de avaliação e pesquisa também são de extrema relevância à formação do Pedagogo para o século XXI. Não obstante estas são subáreas da avaliação que só serão de fato alcançadas quando as anteriores já tiverem logrado êxito.



## Considerações finais

Com o objetivo de investigar a avaliação em educação como componente curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia, o presente artigo demonstrou que a avaliação enquanto componente curricular já faz parte de uma porcentagem dos PPCs das universidades. Entretanto, a dimensão qualitativa do estudo salientou mais as peculiaridades dessa oferta do que propriamente a sua frequência nas universidades brasileiras.

A partir do estudo bibliográfico e documental então realizado, percebe-se que não há obrigatoriedade explícita da avaliação educacional como componente curricular nos cursos de Pedagogia, apesar das DCN (BRASIL, 2006) abordarem a importância dessa área de conhecimento. Foram encontrados vários componentes curriculares na temática de avaliação nos PPCs dos cursos de Pedagogia, um total de dezessete, numa amostra de vinte universidades brasileiras. Mesmo de caráter obrigatório ou optativo, os componentes curriculares apresentaram princípios e conceitos pertinentes da avaliação educacional.

A partir das análises desta pesquisa há que se projetarem novas perspectivas para a avaliação educacional como componente curricular, para auxiliar não somente a ação docente em sala de aula – comum a todos os professores –, mas a construção de uma identidade e competência próprias do licenciado em Pedagogia.

Logo, faz-se necessário um estudo quantitativo sobre as variáveis e relações que podem promover a presença de componentes curriculares na área de avaliação nos desempenhos dos alunos no próprio ENADE ou nas diversas situações educacionais atuais. Bem como aumentar a amostra para outros cursos de licenciatura.

### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



## Referências

AZEVEDO, F. de. [et al.] **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB – **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Resolução do CNE/CP nº 1 de maio de 2006**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. **Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, 2015.

CANDAU, V. M. A formação de educadores: uma perspectiva multidimensional. In: CANDAU, V. M. (Org.) **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. pp.49-55.

CURY, C. R. J. **A formação docente e a educação nacional**. Documento do Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ldb\\_Art64.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ldb_Art64.pdf)> Acesso: 07 jan. 2017.

FERNANDES, D. **Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas**. Lisboa: Texto Editores, 2008.

GATTI, B. A. Avaliação e qualidade da educação. **Cadernos ANPAE**, v. 1, n. 4, p. 53- 62, 2007.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INEP. Ministério da Educação. **Conceito ENADE 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <inep.gov.br/conceito-enade> Acesso: 08 ago. 2017.

INEP. Ministério da Educação. **Relatório de Área: Pedagogia (Licenciatura)**. Brasília, 2016. Disponível em: <portal.inep.gov.br/relatórios> Acesso: 08 ago. 2017.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Tradução: Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LUCKESI, C. C. et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social – Teoria Método e Criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

UFAC. Universidade Federal do Acre. **Licenciatura em Pedagogia**. Ementário. Acre, 2016. Disponível em: < <https://portal.ufac.br/ementario/curso.action?v=253> > Acesso: 08 ago. 2017.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Alagoas, 2011. Disponível em: < [http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus\\_sertao/ppp\\_pedagogia/view](http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus_sertao/ppp_pedagogia/view) > Acesso: 08 ago. 2017.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. Projeto **Político Pedagógico da Faculdade de Educação**. Amazonas, [20--]. Disponível em: <<http://faced.ufam.edu.br/ensino/graduacao/pedagogia/projeto-politico-pedagogico>> Acesso: 08 ago. 2017.

#### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em pedagogia da Faculdade de Educação da UFBA**. Bahia, 2012. Disponível em: < [http://www.faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/curriculo\\_do\\_curso\\_de\\_licenciatura\\_em\\_pedagogia.pdf](http://www.faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/curriculo_do_curso_de_licenciatura_em_pedagogia.pdf)> Acesso: 08 ago. 2017.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Curso de Graduação em Pedagogia (Diurno)**. Projeto Pedagógico. Ceará, 2013. Disponível em: < [http://www.faced.ufc.br/index.php?option=com\\_content&task=category&sectionid=5&id=14&Itemid=34](http://www.faced.ufc.br/index.php?option=com_content&task=category&sectionid=5&id=14&Itemid=34)> Acesso: 08 ago. 2017.

UFMG. Universidade Federal de Campina Grande. **Projeto pedagógico do curso de pedagogia**. Paraíba, 2009. Disponível em: < [www.cfp.ufcg.edu.br/PPC\\_2009\\_4Versao\\_FINAL.pdf](http://www.cfp.ufcg.edu.br/PPC_2009_4Versao_FINAL.pdf)> Acesso: 08 ago. 2017.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Curso de licenciatura em Pedagogia matutino** – currículo 68. Espírito Santo, 2010. Disponível em: < [www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/PPC-Matutino.pdf](http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/PPC-Matutino.pdf)>. Acesso: 08 ago. 2017.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Curso de graduação em Pedagogia – licenciatura**. Santa Catarina, 2010. Disponível em: < <https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/pedagogia/documentos>> Acesso: 08 ago. 2017.

UFG. Universidade Federal de Goiás. **Projeto Político-Pedagógico Curso de Pedagogia**. Goiás, 2003. Disponível em: < <https://www.fe.ufg.br/p/4238-projeto-politico-pedagogico>> Acesso: 08 ago. 2017.

UFMS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Grade Curricular do Curso**. Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: < <http://www.sien.ufms.br/cursos/grade/3101>> Acesso: 08 ago. 2017.



UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso. **Projeto Pedagógico de Curso** (PPC). Mato Grosso, 2008. Disponível em: < <http://www.ufmt.br/ufmt/site/ensino/graduacao/Cuiaba>> Acesso: 08 ago. 2017.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em pedagogia**- PPC. Pernambuco, 2010. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/pedagogia-licenciatura-cao>> Acesso: 08 ago. 2017.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. **Resolução Nº 30/08-Cepe**. Currículo Pleno do Curso de Pedagogia, do Setor de Educação. Paraná, 2008. Disponível em: < <http://www.pedagogia.ufpr.br/ppp.html>> Acesso: 08 ago. 2017.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Projeto pedagógico de curso** - PPC. Curso de licenciatura em Pedagogia. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:< [www.educacao.ufrj.br/portal/...pedagogia/PPC%20atualizado%202014%202015.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/portal/...pedagogia/PPC%20atualizado%202014%202015.pdf)> Acesso: 08 ago. 2017.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **PPC** - Pedagogia - UFRN. Rio Grande do Norte, [20--]. Disponível em: < [arquivos.info.ufrn.br/arquivos/.../PPP\\_Pedagogia.pdf](http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/.../PPP_Pedagogia.pdf)> Acesso: 08 ago. 2017.

UFRR. Universidade Federal de Roraima. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia**. Roraima, 2009. Disponível em: <[https://ufr.br/pedagogia/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&download=12:ppp&id=2:registamentos&Itemid=189](https://ufr.br/pedagogia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=12:ppp&id=2:registamentos&Itemid=189)> Acesso: 08 ago. 2017.

UFSJ. Universidade Federal de São João Del Rei. **Currículo Curso de Pedagogia 2010**. Minas Gerais, 2010. Disponível em: < [//www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/coped/Reforma\\_Curricular\\_2010\\_versao\\_definiitva.docx](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/coped/Reforma_Curricular_2010_versao_definiitva.docx)> Acesso: 08 ago. 2017.

UnB. Universidade de Brasília. **Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia**. Distrito Federal, 2002. Disponível em: < <http://www.fe.unb.br/>> Acesso: 08 ago. 2017.

#### ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA  
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO  
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



UNIFESP. Universidade Federal de São Paulo. **Projeto pedagógico do curso de pedagogia**. São Paulo, 2014. Disponível em: < <https://www3.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/descricao/937>> Acesso: 08 ago. 2017.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**/Campus Universitário de Marabá. Pará, 2011. Disponível em: <<https://crca.unifesspa.edu.br/index.php/cursos-unifesspa>> Acesso: 08 ago. 2017.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento** – Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 22ª Ed. São Paulo: Liberdade Editora, 2012.

VIANNA, H. M. Medidas referenciadas a critério: uma introdução. In. CUNHA, M. C.

A. et al. (Org.). **A construção do projeto de ensino e avaliação**. São Paulo: FDE, 1995. p. 145-60.

VIANA, H. M. **Avaliação Educacional** – Teoria-Planejamento-Modelos. São Paulo: IBRASA, 2000.

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.